

Demonstrações Financeiras

Agillitas Soluções de Pagamentos Ltda.

31 de dezembro de 2022

Índice

Relatório da Administração	1
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	2
Demonstrações financeiras	
Balancos patrimoniais	5
Demonstração dos resultados.....	6
Demonstração do resultado abrangente.....	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstração dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10

Mensagem da Administração

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos as Demonstrações Financeiras, relativas ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas do Relatório do Auditor Independente.

O ano de 2022 ainda ressentiu os efeitos da pandemia e os impactos na economia local e global, associados às questões políticas com a eleição para presidente. Neste cenário as incertezas e desafios serviram de motivação para a intensificação de medidas estratégicas para a preservação do nosso crescimento, através da incessante busca de oportunidades de negócios, inclusão de novos produtos no nosso portfólio, investimentos em tecnologia e pessoa, na busca pela manutenção da qualidade dos ativos, solidez financeira da Instituição e a geração de valor. A nova realidade híbrida vem sendo conduzida com medidas protetivas bem como as necessárias condições no ambiente de trabalho.

A Instituição

A Agillitas Soluções de Pagamentos é uma sociedade limitada e tem como objeto principal a administração de cartões pré-pagos, gerenciamento de comissões de autônomos e de projetos customizados. Foi pioneira no lançamento de diversos produtos e serviços como, o cartão VTM - Visa Travel Money para compras e saques e a criação de ferramentas de gerenciamento de cartões pré-pagos para pessoas jurídicas.

Riscos e Controles Internos

O gerenciamento de riscos e capital encontra-se permeado por toda Instituição, com estruturas compatíveis com a natureza das operações e aderentes às melhores práticas, assegurando a continuidade dos negócios, através de processos, sistemas e efetivos controles no tocante a exposição aos riscos.

A área de Riscos e Capital atua focada no cumprimento dos requerimentos regulatórios e em conformidade com as diretrizes, políticas e alçadas definidas pela Alta Administração, com atuação independente e em perfeita sintonia na geração e preservação de valor econômico da Instituição.

Auditor Independente

A Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. é a empresa de auditoria externa contratada para o exame das demonstrações financeiras da Agillitas Soluções de Pagamentos do semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2022. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos.

Agradecimentos

A Administração da Agillitas Soluções de Pagamentos agradece aos seus clientes e parceiros pela confiança e, aos colaboradores.

A Administração

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Quotistas da
Agillitas Soluções de Pagamentos Ltda.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Agillitas Soluções de Pagamentos Ltda. (“Instituição”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Agillitas Soluções de Pagamentos Ltda. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Valores comparativos de 31 de dezembro de 2021

As demonstrações financeiras da Instituição referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2021, preparadas originalmente antes dos ajustes decorrentes de reclassificação de saldos do exercício anterior, descritos na nota explicativa nº 2.1. às demonstrações financeiras, foram auditadas por outros auditores independentes, que emitiram relatórios do auditor, em 22 de fevereiro de 2022, com opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras. Como parte de nossos exames das demonstrações financeiras do semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2022, examinamos também as reclassificações descritas na nota explicativa nº 2.1. às demonstrações financeiras que foram efetuadas para alterar os valores correspondentes relativos às demonstrações financeiras do semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2021. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados, em todos os aspectos relevantes. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre o balanço patrimonial da Instituição em 31 de dezembro de 2021 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguarção sobre eles tomados em conjunto.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte é líder global de auditoria, consultoria empresarial, assessoria financeira, gestão de riscos, consultoria tributária e serviços correlatos. Nossa rede global de firmas-membro e entidade: relacionadas, presente em mais de 150 países e territórios (coletivamente, a “organização Deloitte”), atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®. Saiba como os cerca de 345 mil profissionais da Deloitte impactam positivamente seus clientes em www.deloitte.com.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo BACEN, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.


Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 17 de fevereiro de 2023



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8



Dario Ramos da Cunha
Contador
CRC nº 1 SP 214144/O-1

Demonstrações Financeiras
Agillitas Soluções de Pagamentos Ltda.
Balanços Patrimoniais

31 de dezembro de 2022 e de 2021
 (Valores expressos em milhares de reais)



	Notas	2022	2021 (reapresentado)
Ativo			
Ativo circulante		96.583	28.088
Disponibilidades	4	4.348	2.210
Instrumentos financeiros		84.167	22.754
Títulos e valores mobiliários	5	84.167	22.754
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(22)	(1)
Outros ativos	6	6.941	2.356
Ativos fiscais correntes	6	1.149	769
Ativo não circulante		13.967	66.974
Instrumentos financeiros		2.917	55.875
Títulos e valores mobiliários	5	2.917	55.875
Outros ativos	6	1.869	1.565
Ativos fiscais diferidos	11c	1.329	937
Imobilizado de uso		7.992	7.978
Intangível		7.565	5.835
Depreciações e amortizações		(7.705)	(5.216)
Imobilizado de uso		(5.203)	(3.811)
Intangível		(2.502)	(1.405)
Total do ativo		110.550	95.062
Passivo			
Passivo circulante		97.715	84.058
Depósitos e demais instrumentos financeiros		78.153	63.248
Depósitos	7	60.773	50.276
Outros passivos financeiros	8	17.380	12.972
Outros passivos	9	17.564	19.034
Obrigações fiscais correntes	10	1.998	1.776
Passivo não circulante		1.750	1.048
Outros passivos	9	1.750	1.048
Patrimônio líquido	13	11.085	9.956
Capital social		6.000	6.000
Reserva de lucros		5.127	3.970
Ajustes de avaliação patrimonial		(42)	(14)
Total do passivo		110.550	95.062

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações Financeiras
Agillitas Soluções de Pagamentos Ltda.
Demonstração do Resultado

Semestre findo em 31 de dezembro de 2022 e
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
 (Valores expressos em milhares de reais)



	Notas	2º semestre	2022	2021
Receita da intermediação financeira		5.254	9.294	2.980
Resultado de títulos e valores mobiliários		5.254	9.294	2.980
Despesa da intermediação financeira		(11)	(21)	(1)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(11)	(21)	(1)
Resultado bruto da intermediação financeira		5.243	9.273	2.979
Outras receitas/despesas operacionais		(5.385)	(7.574)	605
Receita de prestação de serviços	14	19.528	36.553	34.879
Despesas de pessoal	15	(10.878)	(21.108)	(18.244)
Outras despesas administrativas	16	(7.910)	(14.525)	(9.489)
Despesas tributárias	17	(2.117)	(4.144)	(4.015)
Outras receitas operacionais	18a	4.584	8.184	4.623
Outras despesas operacionais	18b	(8.592)	(12.534)	(7.149)
Resultado operacional		(142)	1.699	3.584
Outras receitas e despesas		-	1	(2)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		(142)	1.700	3.582
Imposto de renda e contribuição social	11	197	(542)	(1.058)
Imposto de renda		(95)	(661)	(556)
Contribuição social		(40)	(259)	(221)
Ativo fiscal diferido		332	378	(281)
Lucro líquido		55	1.158	2.524

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações Financeiras
Agillitas Soluções de Pagamentos Ltda.
Demonstração do Resultado Abrangente

Semestre findo em 31 de dezembro de 2022 e
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)



	2º semestre	2022	2021
Lucro líquido	55	1.158	2.524
Outros resultados abrangentes	(39)	(28)	9
Ajustes de avaliação patrimonial			
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda	(59)	(42)	12
Impostos diferidos sobre ajustes de avaliação patrimonial	20	14	(3)
Resultado abrangente	16	1.130	2.533

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações Financeiras
Agillitas Soluções de Pagamentos Ltda.
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Semestre findo em 31 de dezembro de 2022 e
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
 (Valores expressos em milhares de reais)



	Notas	Capital Integralizado	Reservas de Lucros		Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	Total
			Legal	Outras			
Saldos em 31 de dezembro de 2020	13	6.000	388	1.468	(23)	-	7.833
Lucro líquido		-	-	-	-	2.524	2.524
Ajuste de avaliação patrimonial		-	-	-	9	-	9
Constituição da reserva legal		-	126	-	-	(126)	-
Constituição de reserva especial de lucros		-	-	1.987	-	(1.987)	-
Juros sobre capital próprio		-	-	-	-	(410)	(410)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	13	6.000	514	3.455	(14)	-	9.956
Lucro líquido		-	-	-	-	1.158	1.158
Ajuste de avaliação patrimonial		-	-	-	(28)	-	(28)
Constituição de reserva legal		-	58	-	-	(58)	-
Constituição de reserva especial de lucros		-	-	1.100	-	(1.100)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		6.000	572	4.555	(42)	-	11.085
Saldos em 30 de junho de 2022	13	6.000	569	3.4556	(3)	1.047	11.069
Lucro líquido		-	-	-	-	55	55
Ajuste de avaliação patrimonial		-	-	-	(39)	-	(39)
Constituição de reserva legal		-	3	-	-	(3)	-
Constituição de reserva especial de lucros		-	-	1.099	-	(1.099)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	13	6.000	572	4.555	(42)	-	11.085

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações Financeiras
Agillitas Soluções de Pagamentos Ltda.
Demonstração dos Fluxos de Caixa

Semestre findo em 31 de dezembro de 2022 e
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
 (Valores expressos em milhares de reais)



	Notas	2º semestre	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido ajustado		2.255	6.289	6.073
Lucro líquido		55	1.158	2.524
Ajustes para reconciliar o lucro ao caixa líquido		2.200	5.131	3.549
Atualização monetária depósitos judiciais		(8)	(19)	(10)
Atualização monetária contingências	18b	60	148	108
Depreciações e amortizações	16	1.672	2.991	2.112
Impostos correntes	11a	135	920	777
Impostos diferidos	11a	(332)	(378)	280
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		11	21	1
Provisões/(reversões) operacionais		662	1.448	281
(Aumento)/redução em ativos e Aumento/ (redução) de passivos		2.227	(1.906)	(2.251)
Títulos e valores mobiliários		(10.531)	(8.483)	(3.752)
Depósitos		8.725	10.497	7.941
Outros passivos financeiros		4.805	2.979	(141)
Outros ativos		(3.505)	(4.121)	(783)
Ativos fiscais diferidos		(20)	(14)	4
Outros passivos		2.939	(916)	(4.660)
Obrigações fiscais correntes e diferidas		293	(698)	(91)
Impostos pagos		(479)	(1.149)	(769)
Caixa líquido (aplicado)/gerado em atividades operacionais		4.482	4.383	3.822
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Alienação de imobilizado de uso		1	1	5
Alienação de intangível		1	275	175
Aquisição de imobilizado de uso		(36)	(46)	(2.803)
Aplicações no intangível		(1.137)	(2.474)	(2.082)
Caixa líquido (aplicado) em atividades de investimentos		(1.172)	(2.245)	(4.705)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Juros sobre o capital próprio pagos		-	-	(410)
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de financiamentos		-	-	(410)
(Redução)/aumento em caixa e equivalentes de caixa		3.310	2.138	(1.293)
Demonstração da variação de caixa e equivalentes de caixa				
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercícios	4	1.038	2.210	3.503
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercícios	4	4.348	4.348	2.210
(Redução)/aumento em caixa e equivalentes de caixa		3.310	2.138	(1.293)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

A Agillitas Soluções de Pagamentos Ltda. (“Instituição” ou “Agillitas”) localizada na Avenida das Nações Unidas, nº 8.501 – 16º andar, integrante do Grupo Rendimento, é uma sociedade limitada e tem por objetivo o desenvolvimento, administração e gestão de cartões pré-pagos em moeda nacional e estrangeira, emissão de moeda eletrônica, prestação de serviços de pagamentos em prol de terceiros através de cartões, bem como outras atividades permitidas para instituições desta natureza.

Em 9 de setembro de 2019 a Agillitas foi aprovada como instituição de pagamento na modalidade emissor de moeda eletrônica, pelo Banco Central do Brasil.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras são de responsabilidade da Administração e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A partir das demonstrações financeiras elaboradas em 2020, foram incluídos nas divulgações da Agillitas, os procedimentos constantes da Resolução BCB nº 2/20. Seguem as principais alterações implementadas: os saldos do Balanço Patrimonial comparativamente com os saldos do período social imediatamente anterior e as demais demonstrações comparadas com o mesmo período anterior, e a inclusão da Demonstração do Resultado Abrangente.

A Administração aprovou as demonstrações financeiras em 17 de fevereiro de 2023.

2.1 Reclassificação de saldos do exercício anterior

Para fins das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, por determinação da Administração da Instituição, os seguintes saldos, comparativos, relacionados à 31 de dezembro de 2021, sofreram reclassificação conforme mencionado abaixo:

- Impostos e contribuições a compensar – valor de R\$ 1.140, anteriormente apresentados no Ativo circulante, passaram a ser apresentados no Ativo não circulante. Tal reclassificação foi realizada de forma retrospectiva na Nota Explicativa 6 e no Balanço Patrimonial;
- Obrigação fiscal corrente – valor de R\$ 777, anteriormente apresentados no Passivo não circulante, passou a ser apresentado no Passivo circulante. Tal reclassificação foi realizada de forma retrospectiva na Nota Explicativa 10 e no Balanço Patrimonial.

3. Sumário das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério “pro rata” dia para as de natureza financeira.

b) Moeda funcional

As demonstrações financeiras da Agillitas Soluções de Pagamentos Ltda. estão representadas em Reais (R\$), que é sua moeda funcional e de apresentação.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa inclui dinheiro em caixa, depósitos em instituições financeiras, complementados com investimentos de alta liquidez em aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários classificados na carteira própria, com vencimento igual ou inferior a 90 dias da data da aplicação e que apresente risco insignificante de mudança de valor e limites.

d) Títulos e valores mobiliários

De acordo com o estabelecido pela Circular nº 3.068/01, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da Administração, quais sejam:

- Títulos para negociação: são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos mantidos até o vencimento: são aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos disponíveis para venda: são aqueles que não se enquadram como para negociação e nem como mantidos até o vencimento, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido, deduzido dos efeitos tributários.

e) Imobilizado de Uso

Corresponde aos direitos que tenham como objeto bens corpóreos, destinados à manutenção das atividades da Instituição ou exercido com essa finalidade.

Os bens estão registrados pelo custo de aquisição, deduzidos da depreciação acumulada.

A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear às taxas de 4% a.a. para edificações, 10% a.a. para instalações, móveis e utensílios e sistemas de comunicação e 20% a.a. para os demais itens.

f) Intangível

São compostos por direitos adquiridos e investimentos em desenvolvimento que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da sociedade ou exercidos com essa finalidade. São avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou um método que reflita os seus benefícios econômicos, enquanto os de vida útil indefinida são testados anualmente quanto à sua recuperabilidade.

g) Redução do valor recuperável dos ativos não financeiros - (Impairment)

O registro contábil de um ativo deve evidenciar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor

recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma provisão, ajustando-se o valor contábil líquido. Essas provisões são reconhecidas no resultado do período, conforme previsto na Resolução BCB nº 120 e em observância ao Pronunciamento Técnico 01, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

h) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para o imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) é calculada à alíquota de 25% aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) é calculada pela alíquota de 9% para as instituições financeiras, incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal.

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social foram calculados sobre adições e exclusões temporárias. Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões pelas quais foram constituídas e são baseados nas expectativas atuais de realização e considerando os estudos técnicos e análises da Administração.

i) Relações interfinanceiras

Correspondem aos valores a pagar as Bandeiras Visa e Mastercard, relativos as transações de pagamento e estão registradas pelo valor de liquidação.

j) Outros depósitos

Correspondem aos saldos de moeda eletrônica mantidos em contas de pagamento pré-pagas, para os quais não há taxa de atualização.

k) Ativos e passivos contingentes, obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução BCB nº 09 e Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), obedecendo aos seguintes critérios:

(i) Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

(ii) Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação.

(iii) Obrigações legais, fiscais e previdenciárias - referem-se às demandas judiciais nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos. O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente.

l) Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras inclui estimativas e premissas, como a mensuração de estimativas do valor de mercado de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, perdas por redução ao valor recuperável, realização dos créditos tributários e outras provisões. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas.

m) Eventos subsequentes

São considerados os eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data na qual foi autorizada a emissão dessas demonstrações, evidenciados basicamente pelas condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

n) Resultados recorrentes e não recorrentes

Conforme determinado pela Resolução BCB nº 2/20, os resultados recorrentes e não recorrentes devem ser divulgados de forma segregada, já relacionados ou não, incidentalmente, com as atividades típicas da instituição, não previstos para ocorrer com frequência nos períodos futuros. Os efeitos desses eventos, considerados não recorrentes, encontram-se evidenciados na Nota Explicativa 20.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Disponibilidades	4.348	2.210
Total	<u>4.348</u>	<u>2.210</u>

5. Títulos e valores mobiliários

a) Composição por classificação

	<u>2022</u>			<u>2021</u>		
	<u>Valor de Curva</u>	<u>Ajustes a Mercado⁽¹⁾</u>	<u>Valor de Mercado</u>	<u>Valor de Curva</u>	<u>Ajustes a Mercado</u>	<u>Valor de Mercado</u>
Títulos para negociação						
Carteira própria – Livres	21.116	-	21.116	22.754	-	22.754
Certificado de depósito bancário (CDB)	21.116	-	21.116	22.754	-	22.754
– Ligadas - (Nota 12)						
Total de títulos para negociação	21.116	-	21.116	22.754	-	22.754
						60.773
Títulos disponíveis para venda						
Vinculados a prestação de garantias	66.032	(64)	65.968	55.897	(22)	55.875
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	66.032	(64)	65.968	55.897	(22)	55.875
Total títulos disponíveis para venda	66.032	(64)	65.968	55.897	(22)	55.875
Total de títulos e valores mobiliários	87.148	(64)	87.084	78.651	(22)	78.629

(1) Os títulos públicos, custodiados no Selic foram ajustados a valor de mercado, sendo efetuada a comparação com as taxas divulgadas pela ANBIMA, em contrapartida à conta de ajuste de valor patrimonial, na mutação do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, perfazendo o montante de perda não realizada de R\$ 28 (ganho de R\$ 9 em 31 de dezembro de 2021).

b) Composição por vencimento

	2022			2021
	Sem vencimento	Até 3 meses	Acima de 12 meses	Total
Títulos para negociação				
Certificado de depósito bancário (CDB) – Ligadas - (Nota 12)	21.116	-	-	21.116
Títulos disponíveis para venda				
Letras financeiras do tesouro (LFT)	-	63.051	2.917	65.968
Total	21.116	63.051	2.917	87.084
				78.629

6. Outros ativos

	2022	2021 (reapresentado)
Circulante		
Outros ⁽ⁱ⁾	4.441	211
Rendas a receber	2.359	1.950
Impostos e contribuições a compensar	1.149	769
Adiantamento de salários	60	36
Valores a receber – ligadas - (Nota 12)	54	84
Devedores diversos – no país	26	74
Despesa antecipada	1	1
Total do circulante	8.090	3.125
Não circulante		
Impostos e contribuições a compensar	1.511	1.140
Devedores por depósito em garantia - (Nota 19b)	358	365
Outros	-	60
Total do não circulante	1.869	1.565
Total	9.960	4.690

i) Refere-se basicamente a operações de subadquirência

7. Depósitos

	2022	2021
Circulante		
Contas de pagamento pré-pagas	60.773	50.276
Total do circulante	60.773	50.276

8. Outros passivos financeiros

	2022	2021
Circulante		
Valores a pagar - Visa	17.380	12.972
Total do circulante	17.380	12.972

9. Outros passivos

	2022	2021
Circulante		
Sociais e estatutárias	927	414
Credores diversos no país ⁽ⁱ⁾	13.091	15.945
Provisão para pagamentos a efetuar	3.428	2.317
Valores a pagar - sociedades ligadas - (Nota 12)	118	358
Total do circulante	17.564	19.034
Não circulante		
Provisão para contingências - (Nota 19b)	1.750	1.036
Credores diversos no país	-	13
Total do não circulante	1.750	1.049
Total	19.314	20.083

i) Refere-se basicamente a comissões a repassar.

10. Obrigações fiscais correntes

	2022	2021
Circulante		
Impostos e contribuições a recolher	1.998	1.776
Total do circulante	1.998	1.776

11. Imposto de renda e contribuição social

a) Demonstração da despesa de imposto de renda e contribuição social

	2º semestre	2022	2021
Valores correntes	(135)	(920)	(778)
IR e CSLL no País - Corrente	(135)	(920)	(778)
Valores diferidos			
Ativo fiscal diferido	332	378	(280)
Diferenças temporárias	332	378	70
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	-	-	(350)
Total	197	(542)	(1.058)

b) Conciliação dos encargos de imposto de renda e contribuição social

	2º semestre	2022	2021
Resultado antes dos tributos e participações	(142)	1.700	3.582
Encargo total do IR (25%) e CSLL (9%)	48	(578)	(1.218)
Encargo sobre JCP	-	-	139
Outros valores ⁽ⁱ⁾	149	36	21
Imposto de Renda e Contribuição Social do período	197	(542)	(1.058)

i) Outros valores composto basicamente por obrigações societárias.

Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021
 (Valores expressos em milhares de reais)

c) Créditos tributários

Os créditos tributários apresentaram as seguintes movimentações no exercício:

Descrição	2021	Constituição	(Realização)	2022
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	-	8	-	8
Provisão para contingências	353	242	-	595
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	125	-	(125)	-
Provisões diversas a pagar	459	321	(54)	726
Total	937	571	(179)	1.329

Os créditos tributários são avaliados periodicamente, tendo como parâmetro a geração de lucro tributável futuro para fins de imposto de renda e contribuição social em montante que justifique a ativação de tais valores. A compensação desses créditos ocorrerá dentro do prazo permitido pela Resolução BCB nº 15 de 17/09/2020, condicionados à natureza do crédito gerado. Os créditos tributários de impostos e contribuições foram constituídos somente sobre diferenças temporariamente indedutíveis não restando a inclusão de créditos oriundos de outras naturezas na posição.

A realização dos créditos tributários está estimada da seguinte forma:

	2023	2024	2025	2026	2027	Total
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	8	-	-	-	-	8
Provisão para contingências	72	72	95	95	261	595
Provisões diversas a pagar	726	-	-	-	-	726
Total	806	72	95	95	261	1.329
Valor presente	697	63	83	83	226	1.152

Com base nas projeções de resultados, a Administração considera que deverá auferir resultados tributáveis, dentro do prazo regulamentar, para absorver os créditos tributários registrados nas demonstrações financeiras. Essa estimativa é periodicamente revisada, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação desses créditos sejam tempestivamente consideradas nas demonstrações financeiras. O valor presente do crédito tributário é estimado em R\$ 1.152 utilizada a taxa de custo de captação estipulada para os respectivos períodos.

12. Transações com partes relacionadas

	2º semestre	2022		2021	
	Receita/ (Despesa)	Ativo/ (Passivo)	Receita/ (Despesa)	Ativo/ (Passivo)	Receita/ (Despesa)
Cartões pré-pagos	401	(117)	(782)	(79)	1.012
Cotação DTVM S.A. - (Nota 14)	389	-	(720)	-	277
Banco Rendimento S.A. - (Nota 14)	13	(117)	(63)	(79)	735
Disponibilidades	-	3.917	-	2.084	-
Banco Rendimento S.A.	-	3.917	-	2.084	-
Certificado de depósito bancário	1.498	21.116	2.611	22.754	848
Banco Rendimento S.A. - (Nota 5)	1.498	21.116	2.611	22.754	848
Outras receitas/despesas operacionais e administrativas	-	1	-	(274)	(1)
Cotação DTVM S.A.	-	-	-	33	-
Banco Rendimento S.A.	-	1	-	(307)	(1)
Correspondentes	-	(172)	-	(442)	-
Banco Rendimento S.A. - (Nota 9)	-	(118)	-	(358)	-
Cotação DTVM S.A. - (Nota 6)	-	(54)	-	(84)	-

a) Saldo das transações

As transações com partes relacionadas foram realizadas em condições usuais de mercado no tocante a encargos e prazos.

b) Remuneração da Administração

Anualmente, quando da realização da Assembleia Geral Ordinária, é fixado o montante global anual de remuneração dos administradores, conforme determina o Estatuto Social da Instituição. A Agillitas incorreu nos seguintes benefícios de curto prazo aos administradores:

	2022	2021
Remuneração fixa	1.413	602
Remuneração variável	447	301
Encargos sociais	354	160
Total	2.214	1.063

A Agillitas não oferece benefícios de longo prazo, pós-emprego, rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para o pessoal-chave da Administração.

13. Patrimônio líquido

A Agillitas é regida subsidiariamente pela lei das Sociedades Anônimas – Lei nº 6.404/76.

a) Capital social

O capital social é de R\$ 6.000, representado por 6.000.000 quotas, de R\$ 1,00 cada uma, totalmente subscrito e integralizado, em moeda corrente nacional e distribuído entre os sócios.

b) Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

A distribuição de dividendos está sujeita à proposta da Diretoria, mediante assembleia geral dos quotistas, a qual poderá deliberar sobre a retenção total ou parcial dos lucros. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não houve distribuição de dividendos.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não houve deliberação de pagamento de juros sobre o capital próprio (R\$ 410 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021). O benefício fiscal decorrente da distribuição de juros sobre o capital próprio reduziu os encargos de imposto de renda e contribuição social no exercício de 31 de dezembro de 2021 no valor R\$ 139.

c) Reservas de lucros

Outras Reservas: composta por lucros obtidos a serem destinados em Assembleia Geral Ordinária.

A Administração possui plano e aval da assembleia caso as reservas de lucros excedam o valor de capital.

Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021
 (Valores expressos em milhares de reais)

14. Receitas de prestação de serviços

	<u>2º semestre</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Contas pré-pagas	13.982	26.261	25.075
Transações de pagamento	3.865	8.117	8.687
Prestação de serviços – ligadas - (Nota 12)	401	782	1.012
Outras	1.280	1.393	105
Total	<u>19.528</u>	<u>36.553</u>	<u>34.879</u>

15. Despesas de pessoal

	<u>2º semestre</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Proventos	6.122	11.734	10.888
Encargos sociais	2.081	3.871	2.895
Benefícios	1.804	3.437	3.433
Honorários	732	1.861	902
Outras	139	205	126
Total	<u>10.878</u>	<u>21.108</u>	<u>18.244</u>

16. Outras despesas administrativas

	<u>2º semestre</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Processamento de dados	4.156	7.497	4.298
Depreciação/Amortização	1.672	2.991	2.112
Aluguéis	502	1.006	798
Comunicações	409	872	674
Serviços técnicos especializados	318	471	249
Propaganda e publicidade	162	396	151
Serviços do sistema financeiro	123	245	186
Transportes	114	173	218
Condomínio	77	153	140
Serviços de terceiros	68	139	270
Manutenção e conservação de bens	63	122	149
Outras despesas administrativas	246	460	244
Total	<u>7.910</u>	<u>14.525</u>	<u>9.489</u>

17. Despesas tributárias

	<u>2º semestre</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Cofins	1.161	2.349	2.275
ISS	498	922	885
PIS	241	490	487
Outras	217	383	368
Total	<u>2.117</u>	<u>4.144</u>	<u>4.015</u>

18. Outras receitas e despesas operacionais

a) Outras receitas operacionais

	2º semestre	2022	2021
Transações de pagamento	2.720	4.433	3.248
Recuperação de despesas	555	866	36
Reversão de provisões operacionais	321	327	460
Outras	988	2.558	879
Total	4.584	8.184	4.623

b) Outras despesas operacionais

	2º semestre	2022	2021
Processamento	4.569	7.384	4.755
Contas pré-pagas / Cartões	1.899	2.605	855
Contingências cíveis e trabalhistas	648	748	88
Convênios operacionais	250	442	534
Atualização monetária de contingências	60	148	108
Outros	1.166	1.207	809
Total	8.592	12.534	7.149

19. Ativos e passivos contingentes, obrigações legais, fiscais e previdenciárias

a) Ativos contingentes

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, não existem processos classificados pela Administração como prováveis de realização.

b) Passivos contingentes classificados como perdas prováveis e obrigações legais

(i) Provisões cíveis e trabalhistas - Os valores das contingências são provisionados de acordo com as análises do valor potencial de perda para as ações individualmente, considerando o estágio atual do processo, o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida e o parecer de consultores jurídicos externos. O valor indicado como risco provável de perda com estimativa confiável é provisionado integralmente e acrescido de encargos.

As movimentações das provisões para contingências, ocorridas no exercício, estão a seguir apresentadas:

	2022			2021
	Trabalhistas	Cíveis	Total	Total
Provisão para contingências				
Saldo inicial	(631)	(405)	(1.036)	(950)
(Constituições)/reversões	(649)	(226)	(875)	(182)
Pagamentos	-	161	161	95
Saldo final – (Nota 9)	(1.280)	(470)	(1.750)	(1.036)
	2022			2021
	Trabalhistas	Cíveis	Total	Total
Depósitos judiciais				
Saldo inicial	308	57	365	348
(Constituições)/reversões	19	129	148	93
Realizações	(31)	(124)	(155)	(75)
Saldo final – (Nota 6)	296	62	358	364

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

Em 31 de dezembro de 2022, as contingências passivas classificadas como perdas possíveis estão representadas por:

- 31 processos trabalhistas totalizando R\$ 891 (3 processos – R\$ 1.913 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021).
- 3 processos cíveis totalizando R\$ 24 (39 processos – R\$ 1.460 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021) referentes a ações do produto pagadoria, e ações indenizatórias de danos materiais e morais.

Não existem processos administrativos em curso, por parte do Sistema Financeiro Nacional, que possam impactar, representativamente, o resultado e as operações da Agillitas.

20. Resultado não Recorrente

Não tivemos resultado não recorrente nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021.

21. Gestão de riscos

A área de Riscos é responsável pela definição dos princípios definidos na Declaração de Appetite a Riscos aprovada pela Alta Administração, em conformidade com a regulação prudencial emanada do Banco Central do Brasil e alinhada às melhores práticas, por meio da política de gerenciamento de riscos e capital, sempre na constante adequação às disposições legais e aos efetivos modelos de controles. Esse processo se dá através do envolvimento da estrutura corporativa e do acultramento de toda instituição com a efetiva participação no monitoramento de riscos.

a) Risco Operacional

A gestão do risco operacional e de controles internos mantem-se sob estrutura e formato compatíveis com as atividades e rotinas realizadas na Agillitas, utilizando-se processos eficazes de acompanhamento e ferramentas de apoio capazes de identificar, avaliar e monitorar os seguintes incidentes: fraudes; demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho; praticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços; danos de ativos físicos; situações que acarretem a interrupção das atividades da instituição; falhas tecnológicas; falha na execução e

Semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

cumprimento dos prazos e gerenciamento das atividades; falha na execução, cumprimento de prazos.

Para a adoção desses controles são aplicados procedimentos em conformidade com o arcabouço legal, visando identificar no processo de mitigação, riscos que possam impactar na continuidade dos negócios e imagem da Agillitas, bem como a aplicação de sanções pelos órgãos reguladores e possíveis reparações a terceiros.

O modelo de gestão é baseado nas três linhas de defesa, compostas pela área de Negócios, Riscos e Controle Internos e Auditoria Interna, respectivamente, as quais são apoiadas por políticas e definições de papéis e responsabilidades, com o contínuo compartilhamento de conhecimentos, informações e reporte à Alta Administração.

b) Risco de Mercado e Liquidez

A Gestão de Risco de Mercado e Liquidez é realizada de acordo com as disposições da Resolução nº 4.557/17 e regulações complementares, em ambiente corporativo, constituída por um conjunto de princípios que norteiam a estratégia e controle dos negócios da Agillitas.

A gestão de risco de mercado adota as políticas internas e as diretrizes aprovadas pela Administração, através de controles eficientes capazes de identificar, monitorar e mitigar situações de riscos associados a perdas, nas posições detidas pela Instituição, decorrentes das oscilações dos dados de mercado.

No tocante à gestão de risco de liquidez os níveis de caixa são submetidos a contínuo acompanhamento e monitoramento diário, das posições ativas e passivas, em bases prudenciais, com a adoção de limites mínimos de liquidez, possibilitando que liquidações sejam realizadas em tempo hábil e de maneira segura.

c) Prevenção à "Lavagem" de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo

A Agillitas adota mecanismos através de instrumentos de controle, políticas, normas, processos e sistemas específicos de monitoramento nas operações com clientes, fornecedores e parceiros, visando prevenir, detectar e combater a "lavagem" de dinheiro proveniente de atividades ilícitas, inclusive aquelas ligadas aos casos de corrupção e terrorismo.

A Administração, por meio da adoção de políticas transparentes e em conformidade com os dispositivos legais, tem participação efetiva na prevenção e detecção à "lavagem" de dinheiro e ao combate ao financiamento do terrorismo e demais ações pontuais mitigatórias. A Agillitas mantém programa de treinamento para todo corpo funcional, alinhado às melhores práticas, assegurando o efetivo cumprimento das rotinas de controle, monitoramento e identificação tempestiva de operações atípicas. Esse modelo de gestão possibilita a sinergia entre as áreas de Negócios e de Controle e evita o uso da estrutura do Grupo para fins ilícitos.

d) Risco Socioambiental

A política do Risco Socioambiental está estabelecida na Agillitas através de mecanismos de avaliação fundamentados no arcabouço regulatório -- respeitados os princípios da relevância e proporcionalidade --, cujos procedimentos adotados possibilitam a identificação, controle e mitigação dos riscos socioambientais associados ao meio ambiente, trabalho análogo ao escravo, trabalho infantil, dentre outros inerentes.

As ações de mitigação do risco socioambiental são realizadas em conjunto com primeira linha de defesa em suas operações diárias e alinhadas aos fundamentos da Lei Anticorrupção e regulação específica, sob o contexto da responsabilidade social e com ênfase nos padrões éticos e de conduta internos e nas relações de trabalho. A esse conjunto de rotinas estão associadas às análises de Compliance, na apuração dos riscos ligados a danos socioambientais, incorporando-se, com intrínseca relação, os riscos legais, tributários, de imagem e corrupção.

A Diretoria e gestores encontram-se comprometidos no processo e alinhados à política de responsabilidade socioambiental, a fim de prover o conhecimento e a disseminação para todo corpo funcional, dos princípios que norteiam a efetiva aplicabilidade nas relações de trabalho e de negócios, com clientes, parceiros, fornecedores e público interno.

e) Segurança da Informação

A Agillitas segue as regulamentações legais e prudenciais com a implementação de mecanismos de proteção aderentes às melhores práticas de segurança, visando a prevenção de ataques em infraestrutura de TI e sistemas, por meio do monitoramento contínuo do ambiente de tecnologia e de avaliações periódicas de ameaças e controles relacionados à segurança cibernética.

A área de Segurança trabalha continuamente para melhorar a estratégia de segurança da informação e cibernética a fim de mitigar os riscos e proteger a Instituição, parceiros e clientes de ameaças que possam comprometer a confidencialidade, autenticidade, disponibilidade e integridade das informações.

No tocante à Lei Geral de Proteção de Dados, a Agillitas encontra-se aderente aos procedimentos determinados na referida Lei, adotando as melhores práticas de mercado através da criação de políticas, revisão de processos, adoção de ferramentas, estrutura de controle, monitoramento e proteção de todos e quaisquer meios que possam tornar vulneráveis os dados dos clientes e as informações a eles associadas.

22. Limites operacionais

O índice de Basileia atingiu 13,81% em 31 de dezembro de 2022 (13,75% em 31 de dezembro de 2021) apurado de acordo com o estabelecido na Resolução CMN nº 4.958/21, cujos requerimentos mínimos são apurados em bases consolidadas do Conglomerado Prudencial.

A Administração

Silvio Cesar Ferreira
Contador
CRC – 1SP185135/O-0